

Instituto Reformado Santo Evangelho
Conveniada à Vox Dei American University



**CONFISSÃO DE FÉ
DE WESTMINSTER**



Confissão de Fé de Westminster (1643 — 46).

CAPÍTULO 1: DAS SAGRADAS ESCRITURAS

1 – Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestam de tal modo à bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens sejam inescusáveis, todavia não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e de sua vontade, necessário à salvação; por isso agradou ao Senhor, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e contra a maldade de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna as Escrituras Sagradas indispensáveis, tendo cessado aqueles antigos modos de Deus revelar a sua vontade ao seu povo.

Salmos 19:1 – 4; Romanos 1:32 e 2:1 e 1:19 – 20 e 2:14, 15; 1 Coríntios 1:21 e 2:13, 14; Hebreus 1:1, 2; Lucas 1:3, 4; Romanos 15:4; Mateus 4:4, 7, 10; Isaías 8:20; 1 Timóteo 3:15; 2 Pedro 1:19.

2 – Sob o nome de Escrituras Sagradas, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Antigo e do Novo Testamento, que são os seguintes:

O ANTIGO TESTAMENTO

Gênesis; Êxodo; Levítico; Números; Deuteronômio; Josué; Juízes; Rute; 1 Samuel; 2 Samuel; 1 Reis; 2 Reis; 1 Crônicas; 2 Crônicas; Esdras; Neemias; Ester; Jó; Salmos;





Provérbios; Eclesiastes; Cantares; Isaías; Jeremias; Lamentações; Ezequiel; Daniel; Oséias; Joel; Amós; Obadias; Jonas; Miquéias; Naum; Habacuque; Sofonias; Ageu; Zacarias; Malaquias.

NOVO TESTAMENTO

Mateus; Marcos; Lucas; João; Atos; Romanos; 1 Coríntios; 2 Coríntios; Gálatas; Efésios; Filipenses; Colossenses; 1 Tessalonicenses; 2 Tessalonicenses; 1 Timóteo; 2 Timóteo; Tito; Filemom; Hebreus; Tiago; 1 Pedro; 2 Pedro; 1 João; 2 João; 3 João; Judas; Apocalipse.

Efésios 2:20; Apocalipse 22:18, 19; 2 Timóteo 3:16; Mateus 11:27.

Todos eles são dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e prática.

3 – Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do Cânon das Escrituras; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.

Lucas 24:27, 44; Romanos 3:2; 2 Pedro 1:21.

4 – A autoridade das Escrituras Sagradas, razão pela quais deve ser cridas e obedecidas, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

2 Timóteo 3:16; 1 João 5:9, 1 Tessalonicenses 2:13.





5 – Pelo Testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço pelas Escrituras Sagradas; a suprema excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completas perfeição são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provêm da operação interna do Espírito Santo que pela Palavra e com a Palavra testifica em nossos corações.

1 Timóteo 3:15; 1 João 2:20, 27; João 16:13, 14; 1 Coríntios 2:10 – 12.

6 – Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a sua glória e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado nas Escrituras ou pode ser lógica e claramente delas deduzido. Às Escrituras nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a iluminação interior do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na Palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras da Palavra, que sempre devem ser observadas.

2 Timóteo 3:15 – 17; Gálatas 1:8; 2 Tessalonicenses 2:2; João 6:45; 1 Coríntios 2:9, 10, 12; 1 Coríntios 11:13, 14.





7 – Nas Escrituras não são todas as coisas em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em uma ou outra passagem das Escrituras são tão claramente expostas e aplicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios comuns, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.

2 Pedro 3:16; Salmos 119:105, 130; Atos 17:11.

8 – O Antigo Testamento em hebraico (língua nativa do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus, e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são, por isso, autênticos, e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras, e que deve, no temor de Deus, lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzido nas línguas comuns de todas as nações aonde chegarem, a fim de que, permanecendo nelas abundantemente a Palavra de Deus, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das Escrituras.

Mateus 5:18; Isaías 8:20; 2 Timóteo 3:14, 15; 1 Coríntios 14:6, 9, 11, 12, 24, 27, 28; Colossenses 3:16; Romanos 15:4.

9 – A regra infalível de interpretação das Escrituras é as próprias Escrituras; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto das Escrituras (sentido que não é múltiplo, mas único), esse





texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.

Atos 15:15; João 5:46; 2 Pedro 1:20, 21.

10 – O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas, e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões particulares, o Juiz Supremo, em cuja sentença nos devemos firmar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando nas Escrituras.

Mateus 22:29, 31; Atos 28:25; Gálatas 1:10.

CAPÍTULO 2: DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

1 – Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e em perfeição. Ele é um Espírito puríssimo, invisível, sem corpo, sem membros, não sujeito a paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, onipotente, onisciente, santíssimo, completamente livre e absoluto, e tudo faz segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável, e para a sua própria glória. É cheio de amor, gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro galardoador dos que o buscam, e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.

Deuteronômio 6:4; 1 Coríntios 8:4, 6; 1 Tessalonicenses 1:9; Jeremias 10:10; Jó 11:7 – 9; Jó 26:14; João 6:24; 1 Timóteo 1:17; Deuteronômio 4:15, 16; Lucas 24:39; Atos 14:11, 15; Tiago 1:17; 1 Reis 8:27; Salmos 92:2; Salmos 145:3; Gênesis 17:1; Romanos 16:27; Isaías 6:3; Salmos 115:3; Êxodo 3:14; Efésios 1:11; Provérbios 16:4; Romanos 11:36; Apocalipse 4:11; 1 João 4:8; Êxodo 36:6, 7; Hebreus 11:6; Neemias 9:32, 33; Salmos 5:5, 6; Naum 1:2, 3.





2 – Deus tem, em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade, e bem-aventurança. Ele é todo-suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência; não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo culto, todo serviço e toda obediência, que ele houve por bem exigir deles.

João 5:26; Atos 7:2; Salmos 119:68; 1 Timóteo 6:15; Atos 17:24, 25; Romanos 11:36; Apocalipse 4:11; Hebreus 4:13; Romanos 11:33, 34; Atos 15:18; Provérbios 15:3; Salmos 145:17; Apocalipse 5:12, 14.

3 – Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo. O Pai não é de ninguém: não é gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.

Mateus 3:16, 17; 28 – 19; 2 Coríntios 13:14; João 1:14, 18 e 15:26; Gálatas 4:6.

CAPÍTULO 3: DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS





1 – Desde toda a eternidade e pelo mui sábio e santo conselho de sua própria vontade, Deus ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é à vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.

Isaías 45:6, 7; Romanos 11:33; Hebreus 6:17; Salmos 5:4; Tiago 1:13 – 17; 1 João 1:5; Mateus 17:2; João 19:11; Atos 2:23; Atos 4:27, 28 e 27:23, 24, 34.

2 – Ainda que saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, Deus não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais condições.

Atos 15:18; Provérbios 16:33; 1 Samuel 23:11, 12; Mateus 11:21 – 23; Romanos 9:11 – 18.

3 – Pelo decreto de Deus e para a manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.

1 Timóteo 5:21; Marcos 5:38; Judas 6; Mateus 25:31, 41; Provérbios 16:4; Romanos 9:22, 23; Efésios 1:5, 6.

4 – Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.

João 10:14 – 16, 27, 28; 13:18; 2 Timóteo 2:19.

5 – Segundo o seu eterno e imutável propósito, e segundo o santo conselho e beneplácito de sua vontade, antes que





fosse o mundo criado, Deus escolheu em Cristo, para a glória eterna, os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.

Efésios 1:4, 9, 11; Romanos 8:30; 2 Timóteo 1:9; 1 Tessalonicenses 5:9; Romanos 9:11 – 16; Efésios 1:19 e 2:8, 9.

6 – Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito de sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo, pelo seu Espírito que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder, por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.

1 Pedro 1:2; Efésios 1:4 e 2:10; 2 Tessalonicenses 2:13; 1 Tessalonicenses 5:9, 10; Tito 2:14; Romanos 8:30; Efésios 1:5; 1 Pedro 1:5; João 6:64, 65 e 17:9; Romanos 8:28; 1 João 2:19.

7 – Segundo o inescrutável conselho de sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória de seu soberano poder sobre as suas criaturas, para louvor de sua gloriosa justiça, o resto dos homens foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa de seus pecados.





Mateus 11:25, 26; Romanos 9:17 – 22; 2 Timóteo 2:20; Judas 4; 1 Pedro 2:8.

8 – A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade de Deus, revelada em sua Palavra, e prestando obediência a ela, possam, pela evidência de sua vocação eficaz, certificar-se de sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho, esta doutrina traz motivo de louvor, reverência e admiração para com Deus, bem como de humildade, diligência e abundante consolação.

Romanos 9:20 e 11:23; Deuteronômio 29:29; 2 Pedro 1:10; Efésios 1:6; Lucas 10:20; Romanos 5:33, e 11:5, 6, 10.

CAPÍTULO 4: DA CRIAÇÃO

1 – Ao princípio aprovou a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para manifestação da glória de seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, quer as coisas visíveis quer as invisíveis.

Romanos 9:36; Hebreus 1:2; João 1:2, 3, Romanos 1:20; Salmos 104:24; Jeremias 10:12; Gênesis 1; Atos 17:24; Colossenses 1:16; Êxodo 20:11.

2 – Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com as almas racionais e imortais, e dotou-os de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, que era mutável. Além





dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.

Gênesis 1:27 e 2:7; Salmos 8:5; Eclesiastes 12:7; Mateus 10:28; Romanos 2:14, 15; Colossenses 3:10; Gênesis 3:6.

CAPÍTULO 5: DA PROVIDÊNCIA

1 – Pela mui sábia e santa providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho de sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas, desde a maior até a menor.

Neemias 9:6; Salmos 145:14 – 16; Daniel 4:34, 35; Salmos 135:6; Mateus 10:29, 31; Provérbios 15:3; 2 Crônicas 16:9; Atos 15:18; Efésios 1:11; Salmos 33:10, 11; Efésios 3:10; Romanos 9:17; Gênesis 45:5.

2 – Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam, necessária, livre ou contingentemente, conforme a natureza das causas secundárias.

Jeremias 32:19; Atos 2:13; Gênesis 8:22; Jeremias 31:35; Isaías 10:6, 7.





3 – Na sua providência comum, Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu beneplácito.

Atos 27:24, 31; Isaías 55:10, 11; Oséias 1:7; Romanos 4:20, 21; Daniel 3:27; João 11:34, 45; Romanos 1:4.

4 – A onipotência, a sabedoria inescrutável e a bondade infinita de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, regula e governa em uma múltipla dispensação; mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado e nem pode aprová-lo.

Isaías 45:7; Romanos 11:32 – 34; Atos 4:27, 28; Salmos 76:10; 2 Reis 19:28; Atos 14:16; Gênesis 50:20; Isaías 10:12; 1 João 2:16; Salmos 50:21; Tiago 1:17.

5 – O muitíssimo sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo, seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção de seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo de seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais íntima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra as futuras ocasiões de pecar, bem como para vários outros fins justos e santos.

2 Crônicas 32:25, 26, 31; 2 Samuel 24:1, 25; Lucas 22:31, 32; 2 Coríntios 12:7 – 9.





6 – Quanto aos homens perversos e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele não só lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasiões de pecado; além disso, os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás; assim, acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Romanos 1:24, 25, 28 e 11:7; Deuteronômio 29:4; Marcos 4:11, 12; Mateus 13:12 e 25:29; 2 Reis 8:12, 13; Salmos 81:11, 12; 1 Coríntios 2:11; 2 Coríntios 11:3; Êxodo 8:15, 32; 2 Coríntios 2:15, 16; Isaías 8:14.

7 – Como a providência de Deus se estende, em geral, a todas as criaturas, assim, pois, de um modo muitíssimo especial, essa mesma providência cuida de sua Igreja e tudo dispõe a bem dela.

Amós 9:8, 9; Mateus 16:18; Romanos 8:28; 1 Timóteo 4:10.

CAPÍTULO 6: DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

1 – Nossos primeiros pais seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram ao comerem o fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.

Gênesis 3:13; 2 Coríntios 11:3; Romanos 11:32 e 5:20, 21.





2 – Por este pecado eles decaíram de sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as faculdades e partes do corpo e da alma.

Gênesis 3:6 – 8; Romanos 3:23; Gênesis 2:17; Efésios 2:1 – 3; Romanos 5:12; Gênesis 6:5; Jeremias 17:9; Tito 1:15; Romanos 3:10 – 18.

3 – Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito de seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração comum.

Atos 17:26; Gênesis 2:17; Romanos 5:17, 15 – 19; 1 Coríntios 15:21, 22, 45, 49; Salmos 51:5; Gênesis 5:3; João 3:6.

4 – Desta corrupção original, pela qual ficamos totalmente indispostos, incapazes e adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.

Romanos 5:6; 7:18 e 5:7; Colossenses 1:21; Gênesis 6:5 e 8:21; Romanos 3:10, 12; Tiago 1:14, 15; Efésios 2:2, 3; Mateus 15:19.

5 – Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia ela como os seus impulsos são real e propriamente pecado.

Romanos 7:14, 17, 18, 21, 23; Tiago 3:2; 1 João 1:8 – 10; Provérbios 20:9; Eclesiastes 7:20; Gálatas 5:17.





6 – Todo pecado, tanto original como atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrário, torna culpado o pecador, em sua própria natureza, e por essa culpa está sujeito à ira de Deus e à maldição da lei, e, portanto, sujeito à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.

1 João 3:4; Romanos 2:15; Romanos 3:9, 19; Efésios 2:3; Gálatas 3:10; Romanos 6:23; Efésios 6:18; Lamentações 3:39; Mateus 25:41; 2 Tessalonicenses 1:9.

CAPÍTULO 7: DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

1 – Tão grande é à distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele, como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual lhe agradou expressar por meio de um pacto.

Jó 9:32, 33; Salmos 113:5, 6; Atos 17:24, 25; Lucas 17:10.

2 – O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi à vida prometida a Adão e, nele, à sua posteridade, sob a condição de perfeita e pessoal obediência.

Gálatas 3:12; Romanos 5:12 – 14 e 10:5; Gênesis 2:17; Gálatas 3:10.

3 – Tendo-se o homem tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por meio deste pacto, o Senhor dignou-se a fazer um segundo pacto, geralmente chamado de pacto da graça; neste pacto da graça ele livremente oferece aos pecadores a vida e salvação através de Jesus Cristo, exigindo deles a fé, para que sejam salvos, e prometendo o





seu Santo Espírito a todos os que estão ordenados para a vida, a fim de dispô-los e habilitá-los a crer.

Gálatas 3:21; Romanos 3:20, 21 e 8:3; Isaías 42:6; Gênesis 3:15; Mateus 28:18 – 20; João 3:16; Romanos 1:16, 17 e 10:6 – 9; Atos 13:48; Ezequiel 36:26, 27; João 6:37, 44, 45; Lucas 11:13; Gálatas 3:14.

4 – Este pacto da graça é frequentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de testamento, em referência à morte de Cristo, o Testador, e à eterna herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

Hebreus 9:15 – 17.

5 – Este pacto, no tempo da Lei, não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do cordeiro pascal e de outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir. Por aquele tempo, essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna; este se chama o Antigo Testamento.

2 Coríntios 3:6 – 9; Romanos 6:7; Colossenses 2:11, 12; 1 Coríntios 5:7 e 10:14; Hebreus 11:13; João 8:36; Gálatas 3:7 – 9, 14.

6 – Sob o Evangelho, quando Cristo, a Substância, se manifestou as ordenanças, nas quais este pacto é ministrado, passaram a ser a pregação da Palavra e a administração dos Sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que em número menor e administradas com mais simplicidade e menos





glória externa, o pacto se manifesta com mais plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações - tanto aos judeus como aos gentios. Isto é chamado Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações.

Colossenses 2:17; Mateus 28:19, 20; 1 Coríntios 11:23 – 25; Hebreus 12:22 – 24; 2 Coríntios 3:9 – 11; Lucas 2:32; Efésios 2:15 – 19; Lucas 22:20; Gálatas 3:14 – 16; Atos 15:11; Romanos 3:21, 22, 30 e 4:16, 17 e 23, 24; Hebreus 1:1, 2.

CAPÍTULO 8: DE CRISTO, O MEDIADOR

1 – Aprove a Deus, em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do mundo; e deu-lhe, desde toda a eternidade, um povo para ser sua semente, e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.

Isaías 42:1; 1 Pedro 1:19, 20; 1 Timóteo 2:5; João 3:16; Deuteronômio 18:15; Atos 3:20 – 22; Hebreus 5:5, 6; Isaías 9:6, 7; Lucas 1:33; Hebreus 1:2; Efésios 5:23; Atos 17:31; 2 Coríntios 5:10; João 17:6; Efésios 1:4; 1 Timóteo 2:56; 1 Coríntios 1:30; Romanos 8:30.

2 – O Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo





no ventre da Virgem Maria, e da substância dela. As duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a Humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, verdadeiro homem, porém um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.

João 1:1, 14; 1 João 5:20; Filipenses 2:6; Gálatas 4:4; Hebreus 2:14, 17 e 4:15; Lucas 1:27, 31, 35; Mateus 16:16; Colossenses 2:9; Romanos 9:5; Romanos 1:3, 4; 1 Timóteo 2:5.

3 – O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo, tendo em si todos os tesouros da sabedoria e da ciência. Aproveu ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo, e lhe ordenou que os exercesse.

Salmos 45:5; João 3:34; Hebreus 1:8, 9; Colossenses 2:3 e 1:9; Hebreus 7:26; João 1:14; Atos 10:38; Hebreus 12:24, e 5:4, 5; João 5:22, 27; Mateus 28:18.

4 – Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, ele se fez sujeito à lei, a qual cumpriu perfeitamente, padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos, e em seu corpo, os mais penosos sofrimentos; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dois mortos, com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.





Salmos 40:7, 8; Hebreus 10:5, 6; João 4:34; Filipenses 2:8; Gálatas 4:4; Mateus 3:15 e 5:17; Mateus 26:37, 38; Lucas 22:24; Mateus 27:46; Filipenses 2:8; Atos 2:24, 27 e 13:37; 1 Coríntios 15:4; João 20:25 – 27; Lucas 24:50, 51; 2 Pedro 3:22; Romanos 8:34; Hebreus 7:25; Romanos 14:10; Atos 1:11, João 5:28, 29; Mateus 13:40 – 42.

5 – O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que, pelo Eterno Espírito, ofereceu a Deus uma só vez, satisfaz plenamente à justiça de seu Pai, e, para todos aqueles que o Pai lhe deu, adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.

Romanos 5:19, 25, 26; Hebreus 10:14; Efésios 1:11, 14; Colossenses 1:20; 2 Coríntios 5:18, 20; João 17:2; Hebreus 9:12, 15.

6 – Ainda que a obra da redenção não fora realmente realizada por Cristo senão depois de sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em todas as épocas sucessivas desde o princípio do mundo foram comunicados aos eleitos por meio das promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo ele o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Gálatas 4:45; Gênesis 3:15; Hebreus 3:8.

7 – Cristo, na obra de mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada uma o que lhe é próprio; contudo, em razão da unidade de uma pessoa, o que é próprio de uma natureza é, às vezes, nas Escrituras, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.





João 10:17, 18; 1 Pedro 3:18; Hebreus 9:14; Atos 20:28; João 3:13.

8 – Cristo, com toda certeza e de forma eficaz, aplica e comunica a salvação a todos aqueles para quem a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na Palavra e pela Palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os, eficazmente, pelo seu Espírito, subjugando todos os seus inimigos por meio de sua onipotência e sabedoria, da maneira e pelos meios mais condizentes com a sua admirável e inescrutável dispensação.

João 6:37, 39 e 10:15, 16; 1 João 2:1; João 15:15; Efésios 1:9; João 17:6; 2 Coríntios 4:13; Romanos 8:9, 14 e 15:18, 19; João 17:17; Salmos 90:1; 1 Coríntios 15:25, 26; Colossenses 2:15; Lucas 10:19.

CAPÍTULO 9: DO LIVRE-ARBÍTRIO

1 – Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade natural, que ela nem é forçada para o bem nem para o mal, nem a isso é determinada por qualquer necessidade absoluta de sua natureza.

Tiago 1:14; Deuteronômio 30:19; João 5:40; Mateus 17:12; Atos 7:51; Tiago 4:7.

2 – O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus; mas era passível de mudança, de sorte que pudesse cair dessa liberdade e poder.

Eclesiastes 7:29; Colossenses 3:10; Gênesis 1:26 e 2:16, 17 e 3:6.





3 – O homem, ao cair no estado de pecado, perdeu inteiramente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação; de sorte que um homem natural, inteiramente contrário a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.

Romanos 5:6 e 8:7, 8; João 15:5; Romanos 3:9, 10, 12, 23; Efésios 2:1, 5; Colossenses 2:13; João 6:44, 65; 1 Coríntios 2:14; Tito 3:3 – 5.

4 – Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta de sua natural escravidão ao pecado e, somente por sua graça, o habilita a querer e a fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.

Colossenses 1:13; João 8:34, 36; Filipenses 2:13; Romanos 6:18, 22; Gálatas 5:17; Romanos 7:15, 21 – 23; 1 João 1:8, 10.

5 – É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.

Efésios 4:13; Judas 24; 1 João 3:2.

CAPÍTULO 10: DA VOCAÇÃO EFICAZ

1 – Todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, no tempo por ele determinado e aceito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza para a graça e salvação, em Jesus





Cristo. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos, espiritual e salvificamente, a fim de compreenderem as coisas de Deus, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom, e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso disposto pela sua graça.

João 15:16; Atos 13:48; Romanos 8:28 – 30 e 11:7; Efésios 1:5, 10; 1 Tessalonicenses 5:9; 2 Tessalonicenses 2:13, 14; 2 Coríntios 3:3, 6; Tiago 1:18; 1 Coríntios 2:12; Romanos 5:2; 2 Timóteo 1:9, 10; Atos 26:18; 1 Coríntios 2:10, 12; Efésios 1:17, 18; 2 Coríntios 4:6; Ezequiel 36:26 e 11:19; Deuteronômio 30:6; João 3:5; Gálatas 6:15; Tito 3:5; 1 Pedro 1:23; João 6:44, 45; Salmos 90:3; João 9:3; João 6:37; Mateus 11:28; Apocalipse 22:17.

2 – Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus, e não de qualquer coisa prevista no homem; nesta vocação, o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.

2 Timóteo 1:9; Tito 3:4, 5; Romanos 9:11; 1 Coríntios 2:14; Romanos 8:7 – 9; Efésios 2:5; João 6:37; Ezequiel 36:27; João 5:25.

3 – As crianças eleitas que morrem na infância são regeneradas e salvas por Cristo por meio do Espírito que opera quando, onde e como lhe apraz. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.





Gênesis 17:7; Salmos 105:8 – 10; Ezequiel 16:20, 21; Lucas 18:15, 16; Atos 2:39; Gálatas 3:29; João 3:8 e 16:7, 8; 1 João 5:12; Atos 4:12.

4 – Os não eleitos, ainda que chamados pelo ministério da Palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo jamais chegam a Cristo e, portanto, não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em padronizar suas vidas de acordo com a luz da natureza e com a lei da religião que professam; asseverar e manter que o podem é muito pernicioso e detestável.

Mateus 13:14, 15; Atos 28:24; Mateus 22:14; Mateus 13:20, 21 e 7:22; Hebreus 6:4, 5; João 6:64 – 66 e 8:24; Atos 4:12; João 14:6 e 17:3; Efésios 2:12, 13; 2 João 10:11; Gálatas 1:8; 1 Coríntios 16:22.

CAPÍTULO 11: DA JUSTIFICAÇÃO

1 – O que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitá-los como justos. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração à obra de Cristo; não lhes imputando como justiça à própria fé, o ato de crer, ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, fé esta que possuem não como oriunda de si mesmos, mas como dom de Deus.





Romanos 8:30 e 3:24, 27, 28; 2 Coríntios 5:19, 21; Tito 3:5 – 7; Efésios 1:7; Jeremias 23:6; João 1:12 e 6:44, 45; Atos 10:43, 44; Filipenses 1:20; Efésios 2:8.

2 – A fé, assim recebendo e assim repousando em Cristo e em sua justiça, é o único instrumento da justificação; contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre acompanhada de todas as demais graças salvíficas; não é uma fé morta, mas a fé que age através do amor.

João 3:16, 18, 36; Romanos 3:28 e 5:1; Tiago 2:17, 22, 26; Gálatas 5:6.

3 – Cristo, por meio de sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos que são assim justificados, e, em favor deles, fez à justiça de seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles, e como a obediência e a satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por nada que neles existe, a justificação deles provém unicamente da livre graça, a fim de que tanto a perfeita justiça como a graça abundante de Deus possam ser glorificadas na justificação dos pecadores.

Romanos 5:8, 9, 18; 2 Timóteo 2:5, 6; Hebreus 10:10, 14; Romanos 8:32; 2 Coríntios 5:21; Mateus 3:17; Efésios 5:2; Romanos 3:26; Efésios 2:7.

4 – Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos; e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio e de fato, comunica-lhes Cristo.





Gálatas 3:8; 1 Pedro 1:2, 19, 20; Gálatas 4:4; 1 Timóteo 2:6; Romanos 4:25; 1 Pedro 1:21; Colossenses 1:21, 22; Tito 3:4 – 7.

5 – Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca possam cair do estado de justificação, poderão, contudo, por seus pecados, incorrer no paternal desagrado de Deus e ficar privados da luz de sua graça, até que se humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.

Mateus 6:12; 1 João 1:7, 9, e 2:1, 2; Lucas 22:32; João 10:28; Salmos 89:31 – 33 e 32:5.

6 – A justificação dos crentes sob o Antigo Testamento era, em todos estes aspectos, uma e a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.

Gálatas 3:9, 13, 14; Romanos 4:22, 24.

CAPÍTULO 12: DA ADOÇÃO

1 – Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar “Abba, Pai”; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdam as promessas, como herdeiros da eterna salvação.





Efésios 1:5; Gálatas 4:4, 5; Romanos 8:17; João 1:12; Jeremias 14:9; 2 Coríntios 6:18; Apocalipse 3:12; Romanos 8:15; Efésios 3:12; Gálatas 4:6; Salmos 103:13; Provérbios 14:26; Mateus 6:30, 32; Hebreus 12:6; Lamentações 3:31, 32; Efésios 4:30; Hebreus 6:12; 1 Pedro 1:3, 4; Hebreus 1:14.

CAPÍTULO 13: DA SANTIFICAÇÃO

1 – Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.

1 Coríntios 1:30; Atos 20:32; Filipenses 3:10; Romanos 6:5, 6; João 17:17, 19; Efésios 5:26; 2 Tessalonicenses 2:13; Romanos 6:6, 14; Gálatas 5:24; Colossenses 1:10, 11; Efésios 3:16 – 19; 2 Coríntios 7:1; Colossenses 1:28 e 4:12; Hebreus 12:14.

2 – Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.

1 Tessalonicenses 5:23; 1 João 1:10; Filipenses 3:12; Gálatas 5:17; 1 Pedro 2:11.





3 – Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Romanos 7:23 e 6:14; 1 João 5:4; Efésios 4:15, 16; 2 Pedro 3:18; 2 Coríntios 3:18 e 7:1.

CAPÍTULO 14: DA FÉ SALVADORA

1 – A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.

Hebreus 10:39; 2 Coríntios 4:13; Efésios 1:17 – 20 e 2:8; Mateus 28:19, 20; Romanos 10:14, 17; 1 Coríntios 1:21; 1 Pedro 2:2; Romanos 1:16, 17; Lucas 22:19; João 6:54 – 56; Romanos 6:11; Lucas 17:5 e 22:32.

2 – Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.





João 6:42; 1 Tessalonicenses 2:13; 1 João 5:10; Atos 24:14; Mateus 22:37 – 40; Romanos 16:26; Isaías 66:2; Hebreus 11:13; 1 Timóteo 6:8; João 1:12; Atos 16:31; Gálatas 2:20; Atos 15:11.

3 – Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumidor da fé.

Romanos 4:19, 20; Mateus 6:30 e 5:10; Efésios 6:16; 1 João 4:5; Hebreus 6:11, 12; Hebreus 10:22 e 12:2.

CAPÍTULO 15: DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

1 – O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.

Atos 11:18; Lucas 24:47; Marcos 1:15; Atos 20:21.

2 – Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.

Ezequiel 18:30, 31 e 34:31; Salmos 51:4; Jeremias 31:18, 19; 2 Coríntios 7:11; Salmos 119:6, 59, 106; Mateus 21:28, 29.





3 – Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão,

Ezequiel 36:31, 32 e 16:63; Oséias 14:2, 4; Romanos 3:24; Efésios 1:7; Lucas 13:3; Atos 17:30, 31.

4 – Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.

Romanos 6:23; Mateus 12:36; Isaías 55:7; Romanos 8:1; Isaías 1:18.

5 – Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.

Salmos 19:13; Lucas 19:8; 1 Timóteo 1:13, 15.

6 – Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.





Salmos 32:5, 6; Provérbios 28:13; 1 João 1:9; Tiago 5:16; Lucas 17:3, 4; Josué 7:19; 2 Coríntios 2:8.

CAPÍTULO 16: DAS BOAS OBRAS

1 – Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.

Miquéias 6:8; Romanos 12:2; Hebreus 13:21; Mateus 15:9; Isaías 29:13; 1 Pedro 1:18; João 16:2; Romanos 10:2; 1 Samuel 15:22; Deuteronômio 10:12, 13; Colossenses 2:16, 17, 20 – 23.

2 – Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.

Tiago 2:18, 22; Salmos 116:12, 13; 1 Pedro 2:9; 1 João 2:3, 5; 2 Pedro 1:5 – 10; 2 Coríntios 9:2; Mateus 5:16; 1 Timóteo 4:12; Tito 2:5, 9, 12; 1 Timóteo 6:1; 1 Pedro 2:12, 15; Filipenses 1:11; João 15:8; Efésios 2:10; Romanos 6:22.

3 – O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar





neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.

João 15:4 – 6; Lucas 11:13; Filipenses 2:13 e 4:13; 2 Coríntios 3:5; Efésios 3:16; Filipenses 2:12; Hebreus 6:11, 12; Isaías 64:7.

4 – Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.

Lucas 17:10; Gálatas 5:17.

5 – Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.

Romanos 3:20 e 4:2, 4, 6; Efésios 2:8, 9; Lucas 17:10; Gálatas 5:22, 23; Isaías 64:6; Salmos 143:2 e 130:3.

6 – Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem,





nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.

Efésios 1:6; 1 Pedro 2:5; Salmos 143:2; 2 Coríntios 8:12; Hebreus 6:10; Mateus 25:21, 23.

7 – As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.

2 Reis 10:30, 31; Filipenses 1:15, 16, 18; Hebreus 11:4, 6; Marcos 10:20, 21; 1 Coríntios 13:3; Isaías 1:12; Mateus 6:2, 5, 16; Ageu 2:14; Amós 5:21, 22; Marcos 7:6, 7; Salmos 14:4 e 36:3; Mateus 25:41 – 45 e 23:23.

CAPÍTULO 17: DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

1 – Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total, nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.

Filipenses 1:6; João 10:28, 29; 1 Pedro 1:5, 9.

2 – Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição,





procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade.

2 Timóteo 2:19; Jeremias 31:3; João 17:11, 24; Hebreus 7:25; Lucas 22:32; Romanos 8:33, 34, 38, 39; João 14:16, 17; 1 João 2:27 e 3:9; Jeremias 32:40; 2 Tessalonicenses 3:3; 1 João 2:19; João 10:28.

3 – Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.

Salmos 51:14; Mateus 26:70 – 74; 2 Samuel 12:9, 13; Isaías 64:7, 9; 2 Samuel 11:27; Efésios 6:30; Salmos 51:8, 10, 12; Apocalipse 2:4; Isaías 63:17; Marcos 6:52; Salmos 32:3, 4; 2 Samuel 12:14; Salmos 89:31, 32; 1 Coríntios 11:32.

CAPÍTULO 18: DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

1 – Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a





boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.

Deuteronômio 29:19; Miquéias 3:11; João 5:41; Mateus 8:22, 23; 1 João 2:3 e 5:13; Romanos 5:2; 2 Timóteo 4:7, 8.

2 – Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.

Hebreus 6:11, 17 – 19; 1 Pedro 1:4, 5, 10, 11; 1 João 3:14; Romanos 8:15, 16; Efésios 1:13, 14 e 4:30; 2 Coríntios 1:21, 22.

3 – Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.





1 João 5:13; 1 Coríntios 2:12; 1 João 4:13; Hebreus 6:11, 12; 2 Pedro 1:10; Romanos 5:1, 2, 5; Romanos 14:17 e 15:13; Salmos 119:32; Romanos 6:1, 2; Tito 2:11, 12, 14; 2 Coríntios 7:1; Romanos 8:1, 12; 1 João 1:6, 7 e 3:2, 3.

4 – Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.

Salmos 51:8, 12, 14; Efésios 4:30; Salmos 77:1 – 10 e 31:32; 1 João 3:9; Lucas 22:32; Miquéias 7:7 – 9; Jeremias 32:40; 2 Coríntios 4:8 – 10.

CAPÍTULO 19: DA LEI DE DEUS

1 – Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.

Gênesis 1:26 e 2:17; Efésios 4:24; Romanos 2:14, 15 e 10:5 e 5:12, 19.





2 – Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Tiago 1:25 e 2:8, 10; Deuteronômio 5:32 e 10:4; Mateus 22:37 – 40.

3 – Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma Igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas ab-rogadas sob o Novo Testamento.

Hebreus 10:1; Gálatas 4:1, 3; Colossenses 2:17; Êxodo 12:14; 1 Coríntios 5:7; 2 Coríntios 6:17; Colossenses 2:14, 16, 17; Efésios 2:15, 16.

4 – A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua equidade geral.

Êxodo 21 e 22:1 – 29; Gênesis 49:10; Mateus 5:38, 39.

5 – A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que





a deus. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.

1 João 2:3, 4, 7; Romanos 3:31; Tiago 2:8, 10, 11; Romanos 3:19; Mateus 5:18, 19.

6 – Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênçãos podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proíbe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.

Romanos 6:14 e 8:1; Gálatas 3:13; Romanos 7:12, 22, 25; Salmos 119:5; 1 Coríntios 7:19; Romanos 7:7 e 3:20; Tiago 1:23, 25; Romanos 7:9, 14, 24; Gálatas 3:24; Romanos 8:3, 4; Romanos 7:25; Tiago 2:11; Esdras 9:13, 14; Salmos





89:30 – 34 e 37:11 e 19:11; Gálatas 2:16; Lucas 17:10; Romanos 6:12 – 14; Hebreus 12:28, 29; 1 Pedro 3:8 – 12; Salmos 34:12, 16.

7 – Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Gálatas 3:21; Ezequiel 36:27; Hebreus 5:10.

CAPÍTULO 20: DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

1 – A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo. Do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Tito 2:14; 1 Tessalonicenses 1:10; Gálatas 3:13; Romanos 8:1; Gálatas 1:4; Atos 26:18; Romanos 6:14; 1 João 1:7; Salmos 119:71; Romanos 8:28; 1 Coríntios 15:54 – 57; Romanos 5:1, 2; Efésios 2:18 e 3:12; Hebreus 10:19;





Romanos 8:14, 15; Gálatas 6:6; 1 João 6:18; Gálatas 3:9, 14 e 5:1; Atos 15:10; Hebreus 4:14, 16 e 10:19 – 22; João 7:38, 39; Romanos 5:5.

2 – Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.

Romanos 14:4, 10; Tiago 4:12; Atos 4:19 e 5:29; Mateus 28:8 – 10; Colossenses 2:20 – 23; Gálatas 1:10 e 2:4, 5 e 4:9, 10 e 5:1; Romanos 14:23; Atos 17:11; João 4:22; Jeremias 8:9; 1 Pedro 3:15.

3 – Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.

Lucas 1:74, 75; Romanos 6:15; Gálatas 5:13; 1 Pedro 2:16; 2 Pedro 3:15.

4 – Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas





contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.

1 Pedro 2:13 – 16; Hebreus 13:17; Mateus 18:15 – 17; 2 Tessalonicenses 3:14; Tito 3:10; 1 Coríntios 5:11 – 13; Romanos 16:17; 2 Tessalonicenses 3:6.

CAPÍTULO 21: DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO

1 – A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.

Romanos 1:20; Salmos 119:68 e 31:33; Atos 14:17; Deuteronômio 12:32; Mateus 15:9 e 4:9, 10; João 4:3, 24; Êxodo 20:4 – 6.

2 – O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo – e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.





João 5:23; Mateus 28:19; 2 Coríntios 13:14; Colossenses 2:18; Apocalipse 19:10; Romanos 1:25; João 14:6; 1 Timóteo 2:5; Efésios 2:18; Colossenses 3:17.

3 – A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.

Filipenses 4:6; 1 Timóteo 2:1; Colossenses 4:2; Salmos 65:2 e 67:3; 1 Tessalonicenses 5:17, 18; João 14:13, 14; 1 Pedro 2:5; Romanos 8:26; Efésios 6:8; João 5:14; Salmos 47:7; Hebreus 12:28; Gênesis 18:27; Tiago 5:16; Efésios 6:18; 1 Coríntios 14:14.

4 – A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.

Mateus 26:42; 1 Timóteo 2:1, 2; João 17:20; 2 Samuel 7:29 e 12:21 – 23; Lucas 16:25, 26; 1 João 5:16.

5 – A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em





seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.

Atos 15:21; Apocalipse 1:3; 2 Timóteo 4:2; Tiago 1:22; Atos 10:33; Hebreus 4:2; Colossenses 3:16; Efésios 5:19; Tiago 5:13; Atos 16:25; Mateus 28:19; Atos 2:42; Deuteronômio 6:13; Neemias 10:29; Eclesiastes 5:4, 5; Joel 2:12; Mateus 9:15.

6 – Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se oferece ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade – tanto em famílias diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembleias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.

João 5:21; Malaquias 1:11; 1 Timóteo 2:8; João 4:23, 24; Jeremias 10:25; Jó 1:5; 2 Samuel 6:18 – 20; Deuteronômio 6:6, 7; Mateus 6:11 e 6:6; Isaías 56:7; Hebreus 10:25; Provérbios 5:34; Atos 2:42.

7 – Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia





do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.

Êxodo 20:8 – 11; Gênesis 2:3; 1 Coríntios 16:1, 2; Atos 20:7; Apocalipse 1:10; Mateus 5:17, 18.

8 – Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.

Êxodo 16:23 – 26 e 29:30 e 31:15, 16; Isaías 58:13.

CAPÍTULO 22: DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

1 – O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.

Deuteronômio 10:20; Êxodo 20:7; Levítico 19:12; 2 Coríntios 1:23; 2 Crônicas 6:22, 23.

2 – O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos





de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.

Deuteronômio 6:13; Jeremias 5:7; Mateus 5:34, 37; Tiago 5:12; Hebreus 6:16; 1 Reis 5:31; Esdras 10:5.

3 – Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.

Jeremias 4:2; Gênesis 24:2, 3, 9; Neemias 5:12.

4 – O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.

Salmos 24:4 e 15:4; Ezequiel 17:16, 18.

5 – O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.

Isaías 19:21; Eclesiastes 5:4 – 6; Salmos 66:13, 14.

6 – O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito





voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.

Salmos 76:11; Deuteronômio 23:21, 23; Salmos 50:14.

7 – Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se.

Atos 23:12; Marcos 6:26; 1 Coríntios 2:9; Efésios 4:28; 1 Tessalonicenses 4:11, 12; 1 Coríntios 7:23.

CAPÍTULO 23: DO MAGISTRADO CIVIL

1 – Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.

Romanos 13:1 – 4; 1 Pedro 2:13, 14.

2 – Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de





cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.

Provérbios 8:15, 16; Salmos 82:3, 4; 2 Samuel 23:3; Lucas 3:14; Mateus 8:9, 10; Romanos 13:4.

3 – Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. É dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembleias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.

Hebreus 5:4; 2 Crônicas 26:18; Mateus 16:19; 1 Coríntios 4:1, 2; João 15:36; Atos 5:29; Efésios 4:11, 12; Isaías 49:23; Salmos 105:15; 2 Samuel 23:3.

4 – É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo





isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.

1 Timóteo 2:1 – 3; 2 Pedro 2:17; Mateus 22:21; Romanos 13:2 – 7 e 13:5; Tito 3:1; 1 Pedro 2:13, 14, 16; Romanos 13:1; Atos 25:10, 11; 2 Timóteo 2:24; 1 Pedro 5:3.

CAPÍTULO 24: DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

1 – O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é licito ter mais de uma mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.

Gênesis 2:24; Mateus 19:4 – 6; Romanos 7:3.

2 – O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.

Gênesis 2:18 e 9:1; Malaquias 2:15; 1 Coríntios 7:2, 9.

3 – A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do





casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantêm heresias perniciosas.

Hebreus 13:4; 1 Timóteo 4:3; Gênesis 24:57, 58; 1 Coríntios 7:39; 2 Coríntios 6:14.

4 – Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.

1 Coríntios 5:1; Marcos 6:18; Levítico 18:24, 28.

5 – O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.

Mateus 1:18 – 20 e 5:31, 32 e 19:9.

6 – Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular. Não se devendo deixar ao arbítrio e discricção das partes o decidirem seu próprio caso.

Mateus 19:6 – 8; 1 Coríntios 7:15; Deuteronômio 24:1 – 4; Esdras 10:3.





CAPÍTULO 25: DA IGREJA

1 – A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.

Efésios 1:10, 22, 23; Colossenses 1:18.

2 – A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.

1 Coríntios 1:2 e 12:12, 13; Salmos 2:8; 1 Coríntios 7:14; Atos 2:39; Gênesis 17:7; Romanos 9:16; Mateus 13:3; Colossenses 1:13; Efésios 2:19 e 3:15; Mateus 10:32, 33; Atos 2:47.

3 – A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.

Efésios 4:11 – 13; Isaías 59:21; Mateus 28:19, 20.

4 – Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As Igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou





menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.

Romanos 11:3, 4; Atos 2:41, 42; 1 Coríntios 5:6, 7.

5 – As Igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais Igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma Igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.

1 Coríntios 1:2 e 13:12; Mateus 13:24 – 30, 47; Romanos 11:20 – 22; Apocalipse 2:9; Mateus 16:18.

6 – Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.

Colossenses 1:18; Efésios 1:22; Mateus 23:8 – 10; 1 Pedro 5:2 – 4; 2 Tessalonicenses 2:3, 4.

CAPÍTULO 26: DA COMUNHÃO DOS SANTOS

1 – Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.





1 João 1:3; Efésios 3:16, 17; João 1:16; Filipenses 3:10; Romanos 6:56 e 8:17; Efésios 4:15, 16; 1 Tessalonicenses 5:11, 14; Gálatas 6:10.

2 – Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.

Hebreus 10:24, 25; Atos 2:42, 46; 1 João 3:17; Atos 11:29, 30.

3 – Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.

Colossenses 1:18; 1 Coríntios 8:6; 1 Timóteo 6:15, 16; Atos 5:4.

CAPÍTULO 27: DOS SACRAMENTOS

1 – Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.





Romanos 6:11; Gênesis 17:7 – 10; Mateus 28:19; 1 Coríntios 11:23 e 10:16 e 11:25, 26; Êxodo 12:48; 1 Coríntios 10:21; Romanos 6:3, 4; 1 Coríntios 10:2 – 16.

2 – Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.

Gênesis 17:10; Mateus 26:27, 28; Tito 3:5.

3 – A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.

Romanos 2:28, 29; 1 Pedro 3:21; Mateus 3:11; 1 Coríntios 12:13; Lucas 22:19, 20; 1 Coríntios 11:26.

4 – Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho – O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.

Mateus 28:19; 1 Coríntios 11:20, 23 – 34; Hebreus 5:4.

5 – Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.

1 Coríntios 10:1 – 4.

CAPÍTULO 28: DO BATISMO





1 – O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo.

Mateus 28:19; 1 Coríntios 12:13; Romanos 4:11; Colossenses 2:11, 12; Gálatas 3:27; Tito 3:5; Marcos 1:4; Atos 2:38; Romanos 6:3, 4; Mateus 28:19, 20.

2 – O elemento exterior usado neste sacramento é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Atos 10:47 e 8:36 – 38; Mateus 28:19.

3 – Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.

Atos 2:41 e 10:46, 47 e 16:33; 1 Coríntios 10:2.

4 – Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.

Atos 9:18; Gênesis 17:7,9; Gálatas 3:9, 14; Romanos 4:11, 12; Atos 2:38, 39.





5 – Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.

Lucas 7:30; Êxodo 4:24 – 26; Deuteronômio 28:9; Romanos 4:11; Atos 8:13, 23.

6 – A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.

João 3:5, 8; Gálatas 3:27; Efésios 5:25, 26.

7 – O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.

Tito 3:5.

CAPÍTULO 29: DA CEIA DO SENHOR

1 – Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes. Desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.





1 Coríntios 11:23 – 26 e 10:16, 17, 21 e 12:13.

2 – Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.

Hebreus 9:22, 25, 26, 28; Mateus 26:26, 27; Lucas 22:19, 20; Hebreus 7:23, 24, 27 e 10:11, 12, 14, 18.

3 – Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação.

Marcos 14:22 – 24; Atos 20:7; 1 Coríntios 11:20.

4 – A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.

1 Timóteo 1:3, 4; 1 Coríntios 11:25 – 29; Mateus 15:9.





5 – Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.

Mateus 26:26 – 28; 1 Coríntios 11:26 – 28.

6 – A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.

Atos 3:21; 1 Coríntios 11:24 – 26; Lucas 24:6, 39.

7 – Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais.

1 Coríntios 11:28 e 10:16.





8 – Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado.

1 Coríntios 11:27, 29 e 10:21; 2 Coríntios 6:14 – 16; 1 Coríntios 5:6, 7, 13; 2 Tessalonicenses 3:6, 14, 15; Mateus 7:6.

CAPÍTULO 30: DAS CENSURAS ECLESIÁSTICAS

1 – O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.

Isaías 9:6, 7; 1 Timóteo 5:17; 1 Tessalonicenses 5:12; Atos 20:17, 28; 1 Coríntios 12:28.

2 – A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.

Mateus 16:19 e 18:17, 18; João 20:21 – 23; 2 Coríntios 2:6 – 8.

3 – As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que





outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.

1 Coríntios 5; 1 Timóteo 5:20 e 1:20; Judas 23.

4 – Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.

Mateus 18:17; 1 Tessalonicenses 5:12; 2 Tessalonicenses 3:6, 14, 15; 1 Coríntios 5:4, 5, 13.

CAPÍTULO 31: DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

1 – Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembleias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das Igrejas particulares criar tais assembleias e reunirem-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.

Atos 15:2, 4, 6 e 20:17, 28; Apocalipse 2:1 – 6.

2 – Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões,





sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.

Atos 16:4 e 15:27 – 31.

3 – Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.

Atos 17:11; 1 Coríntios 2:5; 2 Coríntios 1:24.

4 – Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.

Lucas 12:13, 14; João 18:36; Mateus 11:21.

CAPÍTULO 32: DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

1 – Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus aonde vêm à face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno,





onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.

Gênesis 3:19; Atos 13:36; Lucas 23:43; Eclesiastes 12:7; Apocalipse 7:4, 15; 2 Coríntios 5:1, 8; Filipenses 1:23; Atos 3:21; Efésios 4:10; Romanos 5:23; Lucas 16:24, 25.

2 – No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.

1 Tessalonicenses 4:17; 1 Coríntios 15:51, 52 e 15:42 – 44.

3 – Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.

Atos 24:15; João 5:28, 29; Filipenses 3:21.

CAPÍTULO 33: DO JUÍZO FINAL

1 – Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.





Atos 17:31; João 5:22, 27; Judas 6; 2 Pedro 2:4; 2 Coríntios 5:10; Eclesiastes 12:14; Romanos 2:16 e 14:10, 12; Mateus 12:36, 37.

2 – O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.

Romanos 9:23; Mateus 25:21; Romanos 2:5, 6; 2 Tessalonicenses 1:7, 8; Mateus 25:31 – 34; Atos 3:19.

3 – Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer – “Vem logo, Senhor Jesus”. Amém.

2 Pedro 3:11, 14; 2 Coríntios 5:11; 2 Tessalonicenses 1:5 – 7; Lucas 21:27, 28; Mateus 24:36, 42 – 44; Marcos 13:35 – 37; Lucas 12:35, 36; Apocalipse 22:20.

APÊNDICE – PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS





Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO 34: DO ESPÍRITO SANTO

1 – O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.

Mateus 3:16, 17; Mateus 28:19; 2 Coríntios 13:13; João 15:26 e 16:13, 14 e 17:24.

2 – É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.

Romanos 8:2; Gênesis 1:2; Salmos 139:7; João 16:13, 14; 2 Pedro 1:19 – 21; João 14:16 e 16:7 – 11; Atos 7:51 – 53.

3 – O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lhe pedirem, é o único agente eficaz na aplicação





da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção.

Lucas 11:13; Atos 1:5; Atos 5:32; João 16:8; Atos 2:37, 38; Tito 3:4 – 7; Atos 8:29, 37; 1 Coríntios 12:13 e 3:16, 17; Romanos 8:15; Efésios 4:30.

4 – Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.

Efésios 1:22, 23; Atos 20:28; 1 Coríntios 12:11; Efésios 5:27.

CAPÍTULO 35: DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

1 – Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.





João 3:16; 1 Timóteo 4:10; Marcos 16:15.

2 – No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, aceitem como dádiva da graça.

João 3:16 e 14:6; Atos 4:12; 1 João 5:12; Marcos 16:15; Efésios 2:4, 8, 9.

3 – As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.

João 5:24 e 3:18.

4 – Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.

João 14:6; Atos 4:12; Romanos 10:17; Mateus 28:19, 20; 1 Coríntios 4:2; 2 Coríntios 9:6, 7, 10.





NOTA HISTÓRICA

Desde Julho de 1643 até Fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo Parlamento Inglês, para preparar uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos.

Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei Carlos I, e durante as sessões do Concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.

A Confissão de Westminster foi à última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se “credos”, os do segundo “confissões”. Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra “Creio”. A Confissão de





Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de Teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.

A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas têm podido formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os reformados de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.

No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma seção ensinando essa necessidade.

Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence.

Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Seção IV do Capítulo XXIV, que dizia:

“O viúvo não pode desposar nenhum parente carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentes, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos





graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes”.

O Sínodo do Brasil organizado em 1888 fez igual eliminação.

No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO 16: SEÇÃO 7

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria. Coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente – segundo a Palavra – nem para um fim justo – a glória de Deus – ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO 25: SEÇÃO 6

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

A AUTORIDADE DA CONFISSÃO DE FÉ E DOS CATECISMOS

Pessoas há que estranham adotar as Igrejas Reformadas uma Confissão de Fé e Catecismo como regra de fé,





quando sustenta sempre ser a Escritura Sagrada sua única regra de fé e de prática. A incoerência é apenas aparente. As Igrejas Reformadas colocam a Bíblia em primeiro lugar. É ela só que deve obrigar a consciência.

É também princípio fundamental da Igreja Reformada que toda autoridade eclesiástica é ministerial e declarativa; que todas as decisões dos concílios devem harmonizar-se com a revelação divina. A consciência não se deve sujeitar a essas decisões se forem contrárias à Palavra de Deus.

Ainda outro princípio da mesma Igreja é que os concílios, sendo compostos de homens falíveis, podem errar, e muitas vezes têm errado. Suas decisões, portanto, não podem ser recebidas como regra absoluta e primária de fé e prática; servem somente para ajudar na crença ou na conduta que se deve adotar. O supremo juiz de todas as controvérsias, em matéria religiosa, é o Espírito Santo falando na e pela Escritura. Por esta, pois, devem-se julgar toda e qualquer decisão dos concílios e toda e qualquer doutrina ensinada por homens.

Admitir-se a falibilidade dos concílios não é depreciar a autoridade da Confissão de Fé e dos Catecismos para aqueles que de livre vontade os aceitem. Admitindo tal, a Igreja somente declare que depende do Autor da Escritura, e recebe a direção do seu Espírito na interpretação da Palavra e nas fórmulas de aplicar suas doutrinas. A Igreja Reformada sustenta que a Escritura é a suprema e infalível regra de fé e prática; e também que a Confissão de Fé e os Catecismos contêm o sistema de doutrina ensinado na Escritura, e dela deriva toda a sua autoridade e a ela tudo se subordina.

É justamente porque cremos que a Confissão de Fé e os Catecismos estão em harmonia com a Escritura, nossa





regra infalível, que os aceitamos. Não existem, pois, na Igreja Presbiteriana, duas regras de fé, mas uma só, suprema e infalível. As outras fórmulas são subordinadas e falíveis, necessárias para a pureza, governo e disciplina da Igreja. Assim a experiência de muitos séculos o tem demonstrado.

Paz e graça.

